

CLARICE PECHMAN
ESTADO DE SÃO PAULO

As prioridades do governo federal

6 NOV 1995

DS2

Principal compromisso de campanha assumido pelo presidente Fernando Henrique Cardoso foi a redução da inflação, o qual, não resta a menor dúvida, vem sendo cumprido. Desde julho de 1994, o governo optou por uma política cambial baseada na valorização da moeda nacional, e por uma política monetária restritiva, sustentada por elevadas taxas de juros e por depósitos compulsórios sobre as aplicações financeiras. No âmbito fiscal, a criação do Fundo Social de Emergência (FSE) garantiu um equilíbrio frágil, porém incontestável das contas públicas.

De modo geral, a política econômica do governo possui caráter provisório, na medida em que se fundamenta em âncoras nominais. O objetivo é garantir, em ambiente de baixa inflação, o tempo necessário para que as reformas estruturais possam ser aprovadas pelo Congresso Nacional. A lógica do plano se completa, portanto, apenas com a implementação das reformas estruturais, dentre as quais se destacam a administrativa, a fiscal, a previdenciária e a reforma agrária. Esta úl-



**A indústria
vem se
tornando
cada vez mais
poupadora de
mão-de-obra**

tima, inclusive, como forma de absorver parte da população desempregada nas cidades, que, como sabemos, não é apenas um problema conjuntural, mas possui profundas raízes na reestruturação tecnológica da indústria, a qual vem se tornando cada vez mais poupadora de mão-de-obra.

Todo processo de estabilização, por envolver necessariamente a adoção de políticas restritivas, traz custos à sociedade. No Plano Real não está sendo diferente. A política cambial, se, por um lado, contribui para garantir o sucesso da redução do nível de preços pelo barateamento das importações (desestímulo ao ingresso excessivo de capitais, dentre outros), por outro, tem sido motivo de uma drástica redução da competitividade no mercado internacional de alguns segmentos da indústria brasileira, em que se destacam as indústrias calçadista e têxtil. Ao longo deste ano, é verdade, efetuou-se uma correção da taxa de câmbio, especialmente a partir da introdução do regime de bandas cambiais. A valorização da moeda nacional em relação ao dólar, contudo, foi

mantida. E isso simplesmente porque se trata da principal peça de sustentação do Plano Real, nesta fase que se pretende transitória.

A política monetária é fundamental para a manutenção, não só da política cambial em curso, como dos atuais níveis de preços. No entanto, há que ressaltar que problemas também nesse setor têm sido notórios. Sem dúvida, acumulamos reservas da ordem de US\$ 50 bilhões, condição também essencial para a garantia do processo de estabilização. Entretanto, ao mesmo passo em que, com elevadas taxas de juros, atraimos capitais externos e controlamos a demanda, estamos aumentando a nossa dívida pública, agravando os problemas de solvência no âmbito das empresas financeiras e não-financeiras, desestimulando o investimento produtivo e, portanto, reduzido as condições de elevação da oferta de bens.

Estamos vivendo um processo de estabilização, num regime democrático, que por natureza é lento. Vale ressaltar, para que não reste dúvida, que ambas as condições são necessárias para que o resultado obtido seja duradouro. Contudo, diante dos problemas que sabemos existir, e certos de que o governo federal igualmente tem consciência deles, temos ficado no mínimo surpresos com os fatos políticos recentes, e com o peso das eleições municipais, e, por que não dizer, da própria sucessão

presidencial nos acordos pouco racionalizados efetuados em Brasília.

Nesse aspecto, devemos lembrar a recente polêmica sobre o Fundo Social de Emergência, que certamente não tem conotação social, mas claramente é de emergência fiscal. Sem querer entrar no mérito dos motivos que levaram líderes políticos a optar pela retomada do FSE pelo prazo de 18 meses, não podemos deixar de discutir a inconveniência desse prazo. Assim, propomos algumas questões: sendo o orçamento anual, não seria pouco racional que no segundo ano de vigência do FSE os recursos estejam assegurados apenas para seis meses? E ainda, com tantas dificuldades impostas à população, não seria injusta uma opção meramente política e, portanto, conjuntural, em assunto que compromete o bom andamento de um processo? Sob o critério unicamente técnico, a nossa impressão é que a volta do Fundo Social de Emergência só faz sentido pelo prazo de dois anos. Com quatro anos estariam optando por um mecanismo transitório à reforma fiscal, e por um ano e meio não cumpriríamos o objetivo principal de garantir o período de transição para a esperada reforma.

■ Clarice Pechman, economista, é diretora executiva da Associação Nacional de Empresas Credenciadas em Câmbio (Anecc)